

Processo nº 22.566-5/2015
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Dispõe sobre a instituição do Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Financeira – SIGA, no Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que foi instituído pela Resolução nº 12/2013, de 18 de junho de 2013
Relator Nato Conselheiro Presidente WALDIR JÚLIO TEIS
Sessão de Julgamento 29-9-2015 – Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 27/2015 – TP

Dispõe sobre a Instituição do Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Financeira – SIGA, no Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que foi instituído pela Resolução nº 12/2013, de 18 de junho de 2013.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º, III e V, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), e pelo artigo 30, VI e VII, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso); e,

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso tem como visão “ser reconhecido pela sociedade como instituição essencial e de referência no controle externo da Gestão dos Recursos Públicos”, com valores que se traduzem em “compromisso, ética, transparência, qualidade, agilidade e inovação”;

CONSIDERANDO a importância de padronização das informações orçamentárias, patrimoniais e financeiras dos Poderes e órgãos, com a utilização de um único *Software* Público que possa melhorar a qualidade do Sistema de Controle Externo e das Contas Públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de facilitar o envio de informações dos órgãos jurisdicionados para este Tribunal, bem como desburocratizar o envio das informações do Sistema Aplic;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização de informações que permitam o cruzamento de dados que contribuam com o exercício do Controle Externo;

CONSIDERANDO que a utilização de um único *Software* de Gestão por todos os jurisdicionados permitirá uma redução de custos dos Órgãos Públicos, contribuindo para a melhora da qualidade dos Gastos Públicos e, assim alcançando o princípio da economicidade;

CONSIDERANDO que o PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado foi idealizado pelo TCE como forma de estimular a eficiência na gestão dos fiscalizados;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir como *Software* Público Oficial deste Tribunal o Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Financeira – SIGA, criado e desenvolvido por este Tribunal, integrando-o de forma definitiva no Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado - PDI.

Art. 2º. O Tribunal de Contas fica autorizado a firmar convênios, termos de cessão, de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres com seus fiscalizados, instituições de interesse público, Poderes e órgãos interessados, objetivando a implantação, a manutenção e o desenvolvimento do referido *Software* Público.

Art. 3º. Os instrumentos de que tratam o artigo anterior serão na área de Apoio a melhoria do Controle Interno dos Órgãos, do Controle Externo e Social, com objetivo de desburocratizar as informações enviadas a este Tribunal e melhorar o Controle Gerencial e Modernização Institucional dos órgãos jurisdicionados deste Tribunal.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Participaram da deliberação os Conselheiros JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO, DOMINGOS NETO e SÉRGIO RICARDO, a Conselheira Interina JAQUELINE JACOBSEN e o Conselheiro Substituto MOISES MACIEL, que estava substituindo o Conselheiro ANTONIO JOAQUIM.

Processo nº 22.566-5/2015
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Dispõe sobre a Instituição do Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Financeira – SIGA no Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que foi instituído pela Resolução nº 12/2013 de 18 de junho de 2013
Relator Nato Conselheiro Presidente WALDIR JÚLIO TEIS
Sessão de Julgamento 29-9-2015 – Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 27/2015 – TP

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador Geral GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 29 de setembro de 2015.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS – Relator Nato
Presidente

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador Geral de Contas